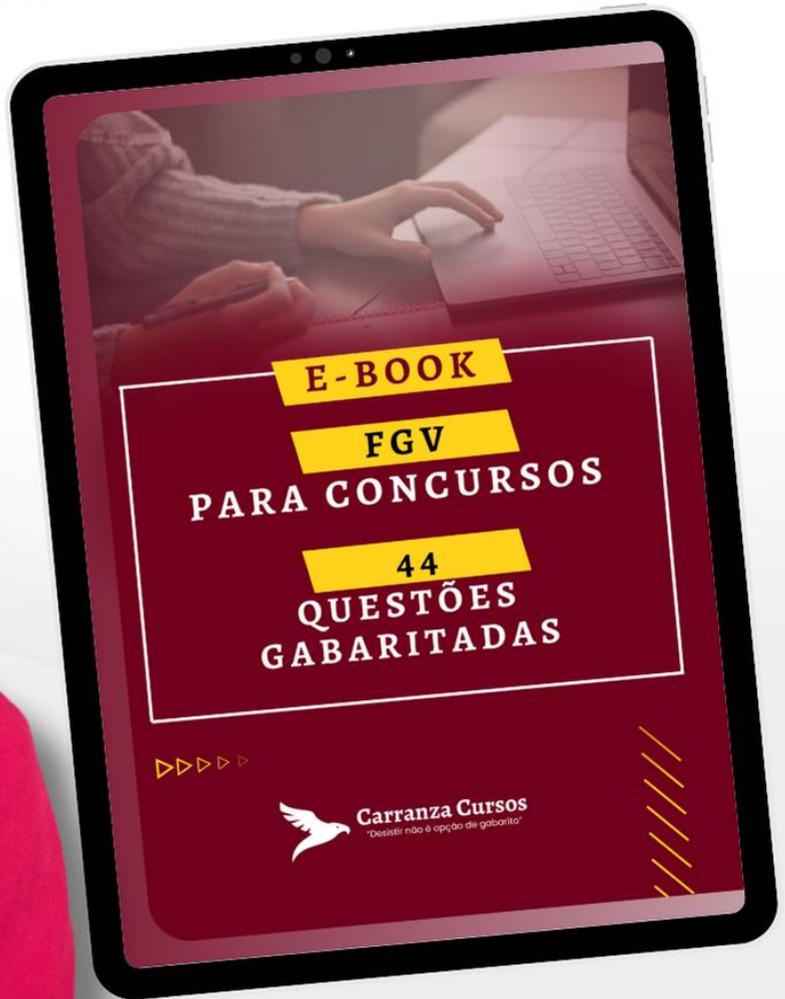




PRESENTE

LIBERADO



**BAIXE O
EBOOK
GRATUITO**



E-BOOK

FGV

PARA CONCURSOS

44

**QUESTÕES
GABARITADAS**



Carranza Cursos

"Desistir não é opção de gabarito"





Sumário

LÍNGUA PORTUGUESA – Prof. Arnaldo Filho	4
DIREITO ADMINISTRATIVO – Prof. Clóvis Feitosa	7
ADMINISTRAÇÃO – Prof ^ª . Giovanna Carranza	15
DIREITO CONSTITUCIONAL – Prof. Fernando Castelo	17
RACIOCÍNIO LÓGICO – Prof. Pedro Evaristo	22
AFO – Prof. Fábio Lobo	30
GABARITOS	36



LÍNGUA PORTUGUESA – Prof. Arnaldo Filho

Texto I.

Os Recursos Da Natureza

Antigamente o homem tinha a impressão de que os recursos da natureza eram infinitos. O caçador de mamutes via muitos deles e só conseguia capturar um ou outro, entendendo assim que seu número era infindável. A noção de que a natureza é infinita mudou a partir do momento em que o homem, dominando a técnica, fabricou máquinas capazes de, em poucos dias, destruir uma floresta; ou, indo a extremos, acabar com o mundo em minutos caso resolva experimentar algumas de suas bombas atômicas. Sabemos agora que os recursos da Terra têm fim e, se a agressão ao meio ambiente continuar, em poucos anos o planeta não será capaz de assimilar tanta “pancada”.

CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas.
São Paulo: Campus, 2005.

01. Sobre os recursos da natureza que se pode depreender do Texto I, assinale a afirmativa correta.

- a. O homem antigo, como o de hoje, considera a natureza como possuidora de recursos infinitos.
- b. O número de mamutes era infindável e, por isso, sua extinção é devida à tecnologia moderna.
- c. A tecnologia moderna pode prejudicar fundamentalmente a vida na Terra, se mal-empregada.
- d. O fim da Terra está próximo, destruída pela própria irresponsabilidade humana.
- e. A produção tecnológica deveria ser interrompida, já que ela traz prejuízos para a vida na Terra.

02. Sobre o Texto I, assinale a afirmativa incorreta.

- a. O assunto tratado no texto é a natureza.
- b. O texto faz uma comparação entre o homem primitivo e o homem moderno, no que se refere à visão da natureza.
- c. O final do texto alude a uma possibilidade trágica.
- d. O texto funciona como um alerta contra os perigos dos ataques à natureza.
- e. O texto mostra que, um dia, a Terra não mais sobreviverá ao homem.

03. Assinale a opção que apresenta o fragmento do Texto I em que a preposição de não é exigida por nenhum termo anterior.

- a. Antigamente o homem tinha a impressão de que os recursos da natureza eram infinitos.



- b. O caçador de mamutes via muitos deles e só conseguia capturar um ou outro...
- c. A noção de que a natureza é infinita mudou...
- d. fabricou máquinas capazes de, em poucos dias, destruir uma floresta...
- e. ... indo a extremos, acabar com o mundo em minutos caso resolva experimentar algumas de suas bombas atômicas.

04. "Sabemos agora que os recursos da Terra têm fim e, ..." Nessa frase, o advérbio agora refere-se ao momento

- a. da leitura do texto.
- b. da escritura do texto.
- c. tecnológico atual.
- d. de publicação do texto.
- e. de divulgação do texto.

05. Leia o trecho a seguir.

**"O caçador de mamutes via muitos deles
e só conseguia capturar um ou outro..."**

Assinale a opção em que o termo só apresenta o mesmo valor semântico da frase acima.

- a. Só, ele foi ao teatro.
- b. Só dois dias de trabalho nesta semana.
- c. Depois de dias, ele chegou só.
- d. Com esse dinheiro só compra três ingressos.
- e. Estava só em casa.

06. Texto II.

O Problema do Álcool

A notícia da morte de um jovem de 23 anos, após a ingestão excessiva de álcool em uma festa universitária, em Bauru (SP), assustou muitos brasileiros. HMF participava de uma competição para ver quem conseguia beber mais. Uma dessas estúpidas festas promovidas por estudantes, provando que escolarização nem sempre é sinônimo de educação.

SOUSA, Robson Sávio Reis. Álcool, a droga da morte. NESP/PUC-MG. 2018.

O Texto II tem uma estrutura

- a. descritiva.
- b. narrativa.
- c. dissertativa expositiva.
- d. dissertativa argumentativa.



- e. injuntiva.

07. Leia o trecho a seguir. HMF participava de uma competição para ver quem conseguia beber mais.

A oração subordinada sublinhada desse período tem valor de

- a. comparação.
- b. consequência.
- c. tempo.
- d. concessão.
- e. finalidade.

08. No trecho:

HMF participava de uma competição para ver quem conseguia beber mais.

a oração reduzida "para ver", transformada em oração desenvolvida, fica com a seguinte forma:

- a. Para virem.
- b. para verem.
- c. para que se veja.
- d. para a visão de.
- e. para que vissem.

09. O Texto II é composto de três períodos. O segundo período funciona como:

- a. consequência do primeiro.
- b. explicação do primeiro.
- c. causa do terceiro.
- d. localização do primeiro.
- e. consequência do terceiro.

10. Leia o trecho a seguir.

Uma dessas estúpidas festas promovidas por estudantes, provando que escolarização nem sempre é sinônimo de educação.

Assinale a opção que mostra a função desse último período do Texto II.

- a. Um protesto contra a educação familiar.
- b. Uma crítica às práticas de algumas festas estudantis.
- c. Um comentário leve sobre a vida estudantil.
- d. Uma demonstração da baixa cultura no país.
- e. Uma crítica à falta de autoridade nas faculdades.

DIREITO ADMINISTRATIVO – Prof. Clóvis Feitosa

01. (Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: DPE-RO Provas: FGV - 2025 - DPE-RO - Analista Jurídico - Classe A) Os novos servidores da Defensoria Pública do Estado de Rondônia participaram de uma palestra, na sede da referida instituição, com o objetivo de melhor conhecerem a Administração Pública local. Desta forma, durante a exposição, os servidores foram informados sobre a existência de uma Secretaria Estadual e de uma autarquia, ambas destinadas a tutelar os indivíduos vulneráveis e hipossuficientes econômicos.

Nesse cenário hipotético, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a

- a. Secretaria Estadual, integrante da Administração Pública Indireta, é fruto da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia, integrante da Administração Pública Direta, é uma manifestação da desconcentração administrativa.
- b. Secretaria Estadual, integrante da Administração Pública Direta, é fruto da desconcentração administrativa. Lado outro, a autarquia, integrante da Administração Pública Indireta, é uma manifestação da descentralização administrativa.
- c. Secretaria Estadual, integrante da Administração Pública Direta, é fruto da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia, integrante da Administração Pública Indireta, é uma manifestação da desconcentração administrativa.
- d. Secretaria Estadual e a autarquia, integrantes da Administração Pública Direta, são fruto da desconcentração administrativa.
- e. Secretaria Estadual e a autarquia, integrantes da Administração Pública Indireta, são fruto da descentralização administrativa.

02. (Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: DPE-RO Provas: FGV - 2025 - DPE-RO - Analista Jurídico - Classe A) Caio, servidor público no Estado Alfa, estava, embriagado, na condução de um veículo automotor oficial, pertencente ao referido ente federativo, encaminhando-se à repartição pública em que trabalha, ocasião em que, por imprudência e negligência, avançou um sinal vermelho, atropelando um transeunte.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A responsabilidade civil do Estado Alfa, no caso narrado, tem natureza subjetiva, sendo desnecessário comprovar o dolo ou a culpa do servidor público.

() Caio, na qualidade de servidor público, responderá objetivamente pelos danos que causou ao particular.



() Por se tratar de responsabilidade civil imputável ao Estado Alfa à luz da teoria do risco integral, não se admite a alegação de excludentes do nexo de causalidade entre a conduta e o dano causado ao particular.

As afirmativas são, respectivamente,

- a. F – F – F.
- b. V – F – V.
- c. F – V – F.
- d. V – V – F.
- e. V – V – V.



03. (Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: Prefeitura de Cuiabá - MT Prova: FGV - 2025 - Prefeitura de Cuiabá - MT - Auditor Público Interno) O ato administrativo refere-se a uma categoria específica de atos praticados no exercício da função administrativa.

Uma característica própria do ato administrativo

- a. é a de se tratar de uma manifestação implícita da vontade do Estado que não precisa ser exteriorizada.
- b. é a de produzir efeitos jurídicos imediatos e está sempre sujeito a controle judicial.
- c. é a de sujeitar-se apenas ao regime de direito privado, sem as prerrogativas do poder público.
- d. é a de poder ser praticado apenas pelo Poder Executivo, excluindo os demais Poderes.
- e. é a de não estar sujeito à lei, pois possui natureza autônoma.

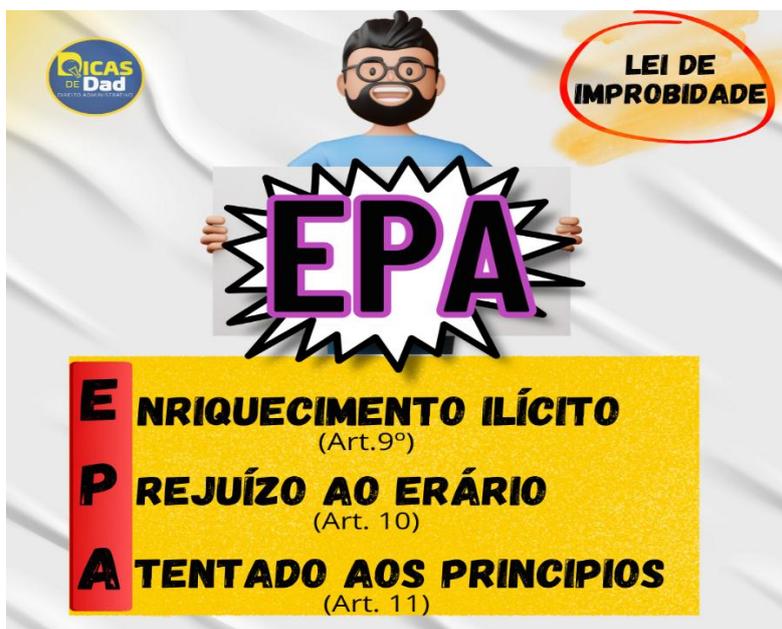
04. (Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: DPE-PE Prova: FGV - 2025 - DPE-PE - Defensor Público) Em março de 2024, João, agente público no Município Alfa, agindo com dolo, frustrou a licitude de processo seletivo implementado para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, acarretando perda patrimonial efetiva e gerando lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.



Em assim sendo, o Ministério Público ingressou com ação de improbidade administrativa em detrimento do referido servidor, sendo certo que o Juízo competente, além de receber a petição inicial, decretou a indisponibilidade dos bens do réu. Preocupado, João procurou a Defensoria Pública, sustentando, inclusive, que o seu único imóvel residencial, doado, dez anos antes, pelo seu pai, foi tornado indisponível.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que João será responsabilizado pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que

- a. atenta contra os princípios da Administração Pública, sendo certo que a medida de indisponibilidade pode recair sobre o bem de família.
- b. importa enriquecimento ilícito, sendo certo que a medida de indisponibilidade não pode recair sobre o bem de família.
- c. causa prejuízo ao erário, sendo certo que a medida de indisponibilidade não pode recair sobre o bem de família.
- d. causa prejuízo ao erário, sendo certo que a medida de indisponibilidade pode recair sobre o bem de família.
- e. importa enriquecimento ilícito, sendo certo que a medida de indisponibilidade pode recair sobre o bem de família.





Art. 10 Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:

VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva;

Art. 16 Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

§ 13. É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

§ 14. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

05. (Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: MPE-RJ Prova: FGV - 2025 - MPE-RJ - Analista do Ministério Público - Área Administrativa) O diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

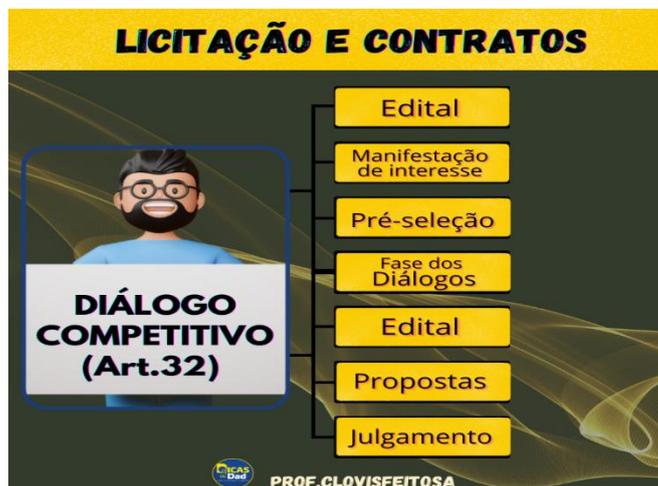
I. A Administração apresentará, por ocasião da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e as exigências já definidas e estabelecerá prazo mínimo de vinte e cinco dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.

II. O diálogo competitivo será conduzido por comissão de contratação composta de pelo menos cinco servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração, vedada, salvo em caso de fundada e excepcional necessidade, a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

III. A fase de diálogo poderá ser mantida até que a Administração, em decisão fundamentada, identifique a solução ou as soluções que atendam às suas necessidades.

Na modalidade diálogo competitivo, está correto o que se afirma em

- a. I, apenas.
- b. II, apenas.
- c. III, apenas.
- d. I e III, apenas.
- e. I, II e III.



06. (Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: DPE-RO Provas: FGV - 2025 - DPE-RO - Analista Jurídico - Classe A) Em observância à disciplina legal, o processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído, dentre outros, com documentos que versem sobre a razão da escolha do contratado, justificativa de preço e autorização da autoridade competente.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

I. Para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de um ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.



II. Para contratação que tenha por objeto aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

III. Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

É dispensável a licitação na(s) hipótese(s) elencada(s) em

- a. I, apenas.
- b. II, apenas.
- c. III, apenas.
- d. I e II, apenas.
- e. I, II e III.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

(...)

IV - para contratação que tenha por objeto:

m) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde;

LICITAÇÕES

CASOS DE INEXIGIBILIDADE É:
(Art. 74 - Rol exemplificativo)

FACIN

- F**ornecedor exclusivo
- A**rtista consagrado
- C**redenciamento
- I**móvel para locação ou aquisição
- N**otória especialização

@prof.clovisfeitosa



07. (Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: TCE-RR Prova: FGV - 2025 - TCE-RR - Auditor Substituto de Conselheiro) O TCE-RR executou auditoria governamental em todos os seus municípios jurisdicionados, visando verificar a regularidade dos atos de pessoal no que tange à acumulação de cargos públicos e à remuneração dos agentes.

No relatório emitido pelo corpo instrutivo, foi possível observar as seguintes situações:

I. A Empresa Pública do Município Alfa, prestadora de serviços de limpeza urbana, possui em seus quadros empregado público que também titulariza cargo estatutário na Secretaria de Turismo da municipalidade.

II. A Sociedade de Economia Mista do Município Beta tem, como chefe do departamento jurídico, empregado público que também titulariza, na qualidade de servidor estatutário, o cargo de Procurador Municipal.

Nesse sentido, considerando as acumulações de cargos dos itens I e II supramencionadas, com base nas disposições constitucionais acerca do tema, é correto afirmar que

- a. são irregulares ambas as acumulações.
- b. são regulares ambas as acumulações.
- c. são regulares ambas as acumulações, desde que as estatais tenham firmado termo de fomento com as respectivas municipalidades.
- d. é irregular a acumulação na situação II e regular na situação I, desde que a Empresa Pública do Município Alfa tenha firmado termo de parceria com a municipalidade.
- e. é irregular a acumulação na situação I e regular na situação II, desde que a Sociedade de Economia Mista do Município Beta não receba recursos públicos para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

**ACUMULAÇÃO DE CARGOS
E EMPREGOS**
CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROFESSOR + PROFESSOR	TÉCNICO OU CIENTÍFICO + PROFESSOR	PROFISSIONAL DE SAÚDE + PROFISSIONAL DE SAÚDE



08. (Ano: 2025 Banca: FGV Órgão: TRT - 24ª REGIÃO (MS) Provas: FGV - 2025 - TRT - 24ª REGIÃO (MS) - Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal (Reaplicação) Em processo administrativo disciplinar foi identificado que João, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, tem uma inassiduidade habitual, o que vinha causando prejuízo ao regular funcionamento da atividade desenvolvida pela Administração Pública Direta em prol da coletividade.

Sobre a sanção a ser aplicada a João, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112/1990), assinale a afirmativa correta.

- a. Multa.
- b. Demissão.
- c. Advertência.
- d. Suspensão de até quinze dias.
- e. Suspensão, sendo possível a sua conversão em multa, na base de 50% por dia de vencimento.



ADMINISTRAÇÃO – Prof^a. Giovanna Carranza

01. Ano: 2025 Banca: FGV A gestão de processos está diretamente ligada às metodologias para gerenciamento e melhoria contínua, como BPM, PDCA e Six Sigma, que permitem analisar, padronizar e aperfeiçoar as atividades organizacionais para alcançar maior eficiência e qualidade nos resultados.

Assinale a opção que apresenta a ação correspondente à etapa “Check” do ciclo PDCA.

- a. Identificar o problema, analisar suas causas e definir um plano de ação.
- b. Executar as atividades planejadas, seguindo o plano de ação definido.
- c. Monitorar e avaliar os resultados obtidos, comparando-os com as metas estabelecidas
- d. Corrigir falhas nos processos com base em suposições e experiências informais.
- e. Estabelecer novos objetivos estratégicos sem considerar os dados de desempenho.

02. Ano: 2025 Banca: FGV A administração de pessoal abrange tanto os aspectos internos da organização, relacionados à sua estrutura e funcionamento (abordagem introversiva), quanto os aspectos externos, ligados ao ambiente institucional e às demandas da sociedade (abordagem extroversiva).

Uma técnica de administração de pessoal vinculada ao ambiente interno da organização é denominada

- a. Benchmarking.
- b. Recrutamento e seleção.
- c. Relações com sindicatos.
- d. Avaliação de cargos
- e. Atendimento à legislação trabalhista.

03. Ano: 2025 Banca: FGV A comunicação na gestão pública é essencial para promover a transparência, fortalecer o diálogo com a sociedade e garantir a efetividade das políticas públicas por meio do compartilhamento claro e acessível de informações.

Assinale a afirmativa correta acerca da função da comunicação na gestão pública na contemporaneidade.

- a. A comunicação na gestão pública tem como principal objetivo promover a imagem do governo junto à opinião pública.
- b. A comunicação na gestão pública é fundamental para garantir a transparência, a prestação de contas e o acompanhamento das ações governamentais pela sociedade



- c. A comunicação entre governo e sociedade é dispensável, desde que os serviços públicos sejam entregues com eficiência.
- d. A divulgação de informações governamentais deve ser limitada a documentos técnicos, de difícil acesso ao público em geral.
- e. A comunicação na gestão pública deve ocorrer apenas em situações emergenciais ou de calamidade.

04. Ano: 2025 Banca: FGV A literatura tem discutido a criação de uma agenda para estruturar a gestão por resultados na produção de serviços públicos.

É considerado(a) item da agenda para a estruturação da gestão por resultados na produção de serviços públicos

- a. a centralização da tomada de decisões nas altas esferas do governo.
- b. a redução do uso de indicadores para simplificar a gestão.
- c. o foco nos resultados como orientação para a atuação pública
- d. o isolamento entre planejamento e formulação de políticas públicas.
- e. a eliminação dos sistemas de monitoramento e avaliação.

05. Ano: 2025 Banca: FGV As teorias da motivação no contexto organizacional apresentam diferentes perspectivas sobre o comportamento humano no trabalho, considerando aspectos natureza do indivíduo, suas necessidades, percepções de justiça e expectativas.

Com base nessas teorias, analise as afirmativas a seguir e assinale a que está corretamente relacionada ao conceito apresentado.

- a. A Teoria X entende que os colaboradores são preguiçosos por natureza e possuem aversão ao trabalho, sendo necessário controlá-los de forma rígida
- b. A Teoria da Equidade entende que indivíduos com alta necessidade de poder são mais propensos a assumir riscos elevados no trabalho.
- c. A Teoria da Autoeficácia afirma que o indivíduo deve satisfazer as necessidades fisiológicas antes de buscar segurança.
- d. A Teoria Bifatorial entende que a motivação depende de fatores como valência, expectativa e instrumentalidade.
- e. A Teoria da Hierarquia das Necessidades entende que a motivação está relacionada à comparação entre esforço e recompensa em relação a seus pares.



DIREITO CONSTITUCIONAL – Prof. Fernando Castelo

O estilo das provas de Direito Constitucional da **FGV (Fundação Getúlio Vargas)** tem um **enfoque mais interpretativo**, contextualizado e **menos literal**, priorizando a capacidade de raciocínio do(a) candidato(a) em vez da simples memorização de dispositivos constitucionais.

Principais Características das Provas da FGV:

Formato das Questões

Múltipla escolha (geralmente 4 ou 5 alternativas), com apenas uma correta.

Questões longas e contextualizadas, muitas vezes com casos concretos ou jurisprudenciais.

Alternativas muito próximas, exigindo **atenção a detalhes**.

- Abordagem Temática
- **Direitos Fundamentais** (incluindo eficácia horizontal, colisão de direitos e ponderação).
- **Controle de Constitucionalidade** (diferença entre modelos, efeitos das decisões do STF).
- **Organização dos Poderes** (competências legislativas, administrativas e judiciárias).
- **Processo Legislativo** (tramitação, espécies normativas e veto).
- **Federalismo e Repartição de Competências** (União x Estados x Municípios).
- Em especial, nos concursos das carreiras administrativas, a FGV costuma priorizar:

Princípios constitucionais da administração pública (art. 37 da CF):

- Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- Caso concreto: Questões sobre nepotismo, improbidade, concursos públicos.

Principais Características das Provas da FGV:

- Em especial, nos concursos das carreiras administrativas, a FGV costuma priorizar:



Direitos e deveres dos servidores públicos (arts. 39 a 41 da CF):

- Estabilidade, regime jurídico único, acumulação de cargos.
- Jurisprudência do STF: Limites da greve no serviço público.

Principais Características das Provas da FGV:

- Em especial, nos concursos das carreiras administrativas, a FGV costuma priorizar:

Organização dos Poderes e competências administrativas:

- Atribuições do Presidente, Ministérios e Tribunais de Contas.
- Autonomia administrativa e financeira dos órgãos (ex.: TJs, MPs).

Principais Características das Provas da FGV:

- Em especial, nos concursos das carreiras administrativas, a FGV costuma priorizar:

Responsabilidade civil do Estado (art. 37, §6º):

- Casos de indenização por danos causados por agentes públicos.

Principais Características das Provas da FGV:

Diferenciais da FGV

- Forte ênfase na **jurisprudência do STF** – Muitas questões são baseadas em casos reais julgados pelo Supremo.
- **Questões interdisciplinares** – Constitucional + Administrativo, Constitucional + Processo Civil, etc.
- Cobrança de **temas atuais** – Ex.: fake news e liberdade de expressão, direitos digitais, meio ambiente.
- Menos literal, **mais interpretativo** – A FGV exige compreensão da aplicação prática.

Principais Características das Provas da FGV:

Dicas para a sua Preparação

- **Não decore apenas a CF** – entenda a aplicação prática (casos concretos).



- Estude as principais **decisões do STF** (ex.: Marco Temporal, Liberdade de Expressão x Fake News, Licitações Sustentáveis).
- **Resolva muitas questões** anteriores (a FGV repete padrões de cobrança, mesmo que não repita questões).
- **Atenção a palavras-chave** nas alternativas ("sempre", "nunca", "somente" costumam indicar erros).

Principais Características das Provas da FGV:

Dicas para a sua Preparação

Priorize temas como:

- **Art. 37 ao 41 da CF (administração pública + servidores)** – cai sempre!
- Conheça a jurisprudência do STF sobre Greve no serviço público, Improbidade administrativa, Transparência e acesso à informação

01. (2025. FGV) A Constituição da República de 1988 é o principal instrumento de reconhecimento e fortalecimento da democracia na República Federativa do Brasil, consolidando diversos direitos e garantias fundamentais. Sobre essa temática, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e das liberdades fundamentais.

A lei penal não retroagirá nas hipóteses previstas na Constituição Federal de 1988.

Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo nos casos previstos em lei que configurem estado de necessidade.

As afirmativas são, respectivamente,

- a. F – V – F.
- b. F – F – V.
- c. V – F – F.
- d. V – V – F.
- e. V – F – V.

02. (2025. FGV) Uma sociedade empresária dedicada à produção de radioisótopos a serem utilizados para pesquisa e uso médicos, ao acondicionar os resíduos da matéria-prima utilizada, para fins de transporte e descarte, não vinha adotando as medidas de segurança necessárias, o que gerou danos ao meio ambiente. Irresignada com essa situação, Joana,



vereadora no município no qual estava situada a sede da referida sociedade, consultou um advogado em relação à ação passível de ser ajuizada por ela para que esse estado de coisas seja alterado e a sociedade empresária condenada a ressarcir os danos causados.

- a. pode ser ajuizada ação popular.
- b. pode ser ajuizada ação civil pública.
- c. pode ser impetrado mandado de segurança coletivo.
- d. somente pode ser formulada representação ao Ministério Público, não cabendo a Joana ajuizar uma ação, por se tratar de direito coletivo.
- e. O somente pode ser exercido o direito de petição, junto à estrutura de poder que permitiu a atuação da sociedade empresária, não cabendo a Joana ajuizar uma ação.

03. (2025. FGV) Com o objetivo de obter recursos para a aquisição de determinado bem, Pedro celebrou contrato de cessão fiduciária em garantia, no qual transferiu, à instituição financeira que lhe disponibilizou os recursos necessários, a titularidade do bem adquirido. O bem, no entanto, permaneceu em poder de Pedro. Em razão de atrasos no pagamento das prestações acordadas, Pedro recebeu uma notificação extrajudicial informando que a não quitação da dívida acarretaria a necessidade de devolver o bem que estava em seu poder, sendo que a negativa de devolução poderia causar a sua prisão.

Ao receber a notificação e analisar a sistemática vigente, Pedro concluiu corretamente que:

- a. pode ser preso, salvo se for pessoa idosa.
- b. pode ser preso, caso se torne depositário infiel.
- c. não pode ser preso, pois não há prisão civil por dívida.
- d. não pode ser preso, considerando a natureza da dívida descrita no enunciado.
- e. não pode ser preso, pois a prisão somente é admitida por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária.

04. (2025. FGV) Maria, de nacionalidade austríaca, encontra-se no território brasileiro desde meados do último ano. Em razão de sua integração, ainda que temporária, à sociedade brasileira, buscou se inteirar em relação aos direitos fundamentais de estatura constitucional que possui. Após analisar a Constituição da República, Maria concluiu corretamente que:

- a. tem os mesmos direitos dos brasileiros natos.
- b. tem os mesmos direitos dos brasileiros naturalizados.
- c. não tem sua esfera jurídica alcançada pelos direitos fundamentais.
- d. possui os direitos fundamentais não privativos de brasileiros, natos ou naturalizados.
- e. tem os direitos fundamentais assegurados no ato que admitiu sua residência no território nacional.



05. (2024. FGV) Naiara leu uma reportagem sobre a paralisação de certa atividade administrativa, em decorrência de greve realizada por servidores civis, integrantes da carreira de auditores fiscais do Município Alfa, que exercem atividade sancionatória. Segundo a orientação dos Tribunais Superiores acerca da matéria, ela concluiu corretamente que:

- a.** o direito de greve não é assegurado aos servidores públicos enquanto não for editada lei específica que viabilize o princípio da continuidade do serviço público, de modo que o Poder Público deve descontar os dias parados e não poderá promover a compensação por acordo.
- b.** o direito de greve é reconhecido aos servidores públicos em questão, sendo certo que o Poder Público deve descontar os dias parados caso a greve não decorra de ato ilícito da Administração, permitida a compensação em caso de acordo, em virtude a suspensão do vínculo funcional que dela decorre.
- c.** há impossibilidade absoluta do exercício do direito de greve para os servidores públicos em questão, considerando que realizam atividade de polícia, em razão do que há viabilidade de demissão daqueles que aderiram ao movimento grevista, para além do desconto dos dias parados;
- d.** o direito de greve é reconhecido para os servidores em questão, mas eventual impossibilidade de obtenção dos registros acerca dos dias trabalhados ou das horas compensadas constitui óbice intransponível para que o Poder Público possa descontar os dias parados daqueles que aderiram ao movimento grevista.

RACIOCÍNIO LÓGICO – Prof. Pedro Evaristo

QUAL A IMPORTÂNCIA DO RLM NA MAIORIA DOS CONCURSOS?

RLM PARA FGV

“O Raciocínio Lógico é decisivo em muitos concursos, principalmente os organizados pelo FGV. Ele não mede só se você decorou fórmulas, mas se você pensa com clareza, com lógica, com estratégia. E é aí que entra meu método.”



QUAIS ASSUNTOS COSTUMAM CAIR NAS PROVAS?

EDITAL FGV

- Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados.
- Conjuntos e suas operações, diagramas.
- Números inteiros, racionais e reais e suas operações, porcentagem e juros.
- Proporcionalidade direta e inversa.
- Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.
- Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
- Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
- Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.
- Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
- Problemas de contagem e noções de probabilidade.
- Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área.
- Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância. Problemas de lógica e raciocínio.



🔴 Núcleo 1 – Lógica Proposicional e Estrutural

(Tema-base para muitas questões e de fácil pontuação com treino direcionado)

- Proposições, conectivos, tabelas-verdade
- Equivalências lógicas
- Quantificadores e predicados
- Diagramas e conjuntos

📊 Núcleo 2 – Interpretação Lógica de Situações

(Foco nos enunciados descritivos e estruturados, estilo FGV)

- Estrutura lógica de relações
- Dedução de novas informações
- Análise de condições
- Discriminação de elementos
- Raciocínio verbal, sequencial, espacial

📁 Núcleo 3 – Dados, Gráficos e Tabelas

(Frequente e geralmente mal interpretado por iniciantes)

- Leitura de gráficos
- Interpretação de tabelas
- Compreensão de estatísticas simples (média, moda, mediana, desvio padrão)



Núcleo 4 – Matemática Aplicada à Lógica

(Aqui mora a "pegadinha lógica com roupagem matemática")

- Porcentagem, juros e proporção
- Problemas aritméticos e geométricos
- Operações com inteiros, racionais e reais
- Noções de probabilidade
- Contagem (Princípio Multiplicativo, Fatorial, Arranjos e Combinações)

Núcleo 5 – Geometria e Espaço

(Menos frequente, mas pode aparecer em provas específicas)

- Medidas: comprimento, área, volume, tempo
- Geometria básica: ângulos, triângulos, perímetro
- Plano cartesiano e distância

5 PONTOS PARAR PASSAR



CONHECIMENTO

TÉCNICAS

ESTRATÉGIAS

EMOCIONAL

SORTE



- **Conhecimento Direcionado** - Não é saber tudo, mas saber o que a banca cobra e como ela cobra.
- **Técnica Diferenciada** - É saber resolver de forma inteligente, rápida e visual.
- **Estratégia de Prova** - Saber o que fazer antes, durante e depois da prova.

WWW.CARRANZACURSOS.COM.BR

[CARRANZA CURSOS](#) [@CARRANZACURSOS](#)



- **Fator Emocional** - Saber controlar ansiedade, criar rotina, manter disciplina mesmo sem motivação.
- **Sorte, sim, mas a sorte que se constrói** - É estar preparado no momento certo, do jeito certo e com o curso certo.

"Mente treinada mente calma na prova"

CARACTERÍSTICAS FGV



Assuntos bem definidos

Raciocínio Lógico da FGV cobre tópicos com peso claro

O aluno precisa saber o que realmente cai e focar nesses pontos.

De vez em quando fazem uma prova fora do padrão de assuntos.

CARACTERÍSTICAS FGV



Misturam lógica e aritmética

Os enunciados costumam misturar lógica e aritmética

As questões unem componentes matemáticos com raciocínio lógico, exigindo resolução integrada em pensamento e cálculo.

Muitas vezes o edital de Raciocínio Lógico tem muita matemática.



CARACTERÍSTICAS FGV



Focada em cálculo rápido e interpretação

Estratégia focada em cálculo rápido e interpretação

A FGV valoriza a aplicação de fórmula com agilidade, interpretação clara de tabelas e gráficos, e resolução objetiva

CARACTERÍSTICAS FGV



Contextualização com situações reais

Utiliza contextos do cotidiano, adaptando as questões a situações do dia-a-dia, mas sem complicar enunciado.

Negação, equivalência e conectivos são explorados de forma direta, o que exige técnica.

A banca tem uma linguagem e uma abordagem bem constante nas questões



CARACTERÍSTICAS FGV



Questões com padrões repetitivos

A FGV é considerada uma banca nível médio-alto com vários passos e análise crítica.

Ideal para quem quer se destacar mesmo em provas concorridas.

A banca não mede o quanto você decorou, mas o quanto você realmente compreende e aplica o conteúdo

"Estudar lógica treinar o cérebro para resolver problemas da vida também."

PROBLEMAS LÓGICOS



~~João~~ é mais velho do que **Pedro**, que é mais novo do que ~~Carlos~~; ~~Antônio~~ é mais velho do que Carlos, que é mais novo do que João. Antônio não é mais novo do que João e todos os quatro meninos têm idades diferentes.

Qual o mais jovem deles?



Em grupo de policiais, Daniela é mais alta que ~~Márcia~~, que é mais baixa que Camila. Sabe-se também que Amanda é mais alta que ~~Camila~~, que é mais baixa que Daniela. **Amanda** não é mais baixa que ~~Daniela~~ e todas as quatro policiais têm alturas diferentes.

Qual a mais alta delas?



CASA DOS POMBOS



Para uma casa de pombos com 9 nichos (casas), qual o número mínimo de pombos que temos que ter que acomodar nessas casas, de tal forma que tenha pelo menos uma casa com pelo menos dois pombos?

- a. 2
- b. 3
- c. 9
- d. 10
- e. 11



CERTEZA

PROVÁVEL

POSSÍVEL

IMPROVÁVEL

IMPOSSÍVEL



Uma loja, que funciona todos os dias da semana, tem N funcionário que folgam um único dia por semana. Dessa forma, qual o número mínimo N de funcionários para que se tenha pelo menos dois deles folgando no mesmo dia?

- a. 5
- b. 7
- c. 8
- d. 12
- e. 13

S T Q Q S S D
1 1 1 1 1 1 1

Em uma sala tinham N alunos assistindo aula de Raciocínio Lógico. Qual seria o número mínimo N para que possamos afirmar que nessa sala há, pelo menos, 2 alunos que aniversariam no mesmo mês?

- a. 8
- b. 12
- c. 13
- d. 32
- e. 367

J F M A M J J A S O N D
1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1

Qual seria o número mínimo N para que possamos afirmar que nessa sala há, pelo menos, 3 alunos que aniversariam no mesmo mês?

- a. 25
- b. 30
- c. 36
- d. 48
- e. 96

J F M A M J J A S O N D
2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2



AFO - Prof. Fábio Lobo

01. AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - PPA - Plano Plurianual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964) O Plano Plurianual possui duração de

- a. Quatro anos e coincide com o mandato do chefe do Poder Executivo.
- b. Quatro anos e tem início de vigência no segundo exercício financeiro do mandato do chefe do Poder Executivo.
- c. Três anos, representando um instrumento de planejamento autônomo em relação dos mandatos do chefe do Poder Executivo.
- d. Dois anos e tem vigência iniciada no primeiro e no terceiro exercícios financeiros do chefe do Poder Executivo.
- e. Um ano, iniciando sua vigência em julho e finalizando em junho do exercício subsequente.

02. FGV - TAD (TCE-RR)/TCE RR/2025 AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964) Com relação aos instrumentos de planejamento orçamentário da Administração Pública brasileira, previstos expressamente na Constituição Federal de 1988, avalie se as assertivas a seguir estão contempladas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias:

I. Orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

II. Estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

III. Dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Está correto o que se afirma em

- a. I, apenas.
- b. II, apenas.
- c. I e II, apenas.
- d. II e III, apenas.
- e. I, II e III.

03. FGV - ACE (TCE RR)/TCE RR/Ciências Jurídicas/2025 AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964) No final do ano de 2022 o Supremo Tribunal Federal julgou, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o denominado "orçamento secreto".

De acordo com a decisão, o orçamento secreto é

- a. constitucional, pois as emendas do Relator possuem autorização constitucional e objetivam viabilizar aos congressistas a oportunidade de atender diretamente as reivindicações mais concretas e urgentes da população que representam.



- b. inconstitucional, pois as emendas do Relator ocultam os efetivos requerentes da despesa, atribuindo todas as despesas à pessoa do Relator-Geral do orçamento.
- c. inconstitucional, pois as emendas do Relator, apesar de terem previsão constitucional, foram desvirtuadas para serem utilizadas em favor das prioridades eleitoreiras.
- d. inconstitucional, pois utiliza indevidamente as emendas do Relator-Geral, previstas na Constituição, para inclusão de novas despesas públicas.
- e. constitucional, pois a apresentação de ementas ao projeto de lei orçamentária constitui prerrogativa constitucional dos membros do Congresso Nacional.

04.FGV - ACE (TCE RR)/TCE RR/Ciências Jurídicas/2025 AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964) Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária anual no Congresso Nacional, um Deputado Federal apresentou uma emenda ao projeto propondo o remanejamento de recursos destinados ao pagamento de servidores públicos para a construção de uma nova ponte em seu Estado.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) emitiu parecer contrário à emenda.

Com base no caso descrito e na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- a. A emenda apresentada pelo Deputado é válida, pois os parlamentares têm autonomia para propor alterações orçamentárias independentemente da natureza das dotações envolvidas.
- b. A emenda não é válida, pois é vedada a anulação de dotações destinadas ao pagamento de pessoal para fins de remanejamento de recursos.
- c. A emenda poderia ser aprovada caso a anulação de despesas recaísse sobre transferências constitucionais aos Estados e Municípios, que não possuem restrição constitucional para esse fim.
- d. A emenda apresentada pelo deputado é válida, desde que a construção da ponte esteja prevista no plano plurianual e seja compatível com a lei de diretrizes orçamentárias, mesmo que os recursos sejam oriundos de dotações para pessoal.
- e. A Comissão Mista não tem competência para emitir pareceres sobre emendas ao projeto de lei orçamentária anual, limitando-se a apreciar apenas os projetos de planos plurianuais e diretrizes orçamentárias.

05.FGV - ACE (TCE RR)/TCE RR/Ciências Jurídicas/2025 AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - LOA - Lei Orçamentária Anual (CF/1988 e Lei nº 4.320/1964) O Município de Alfa enfrentou, no meio do exercício financeiro, a necessidade de implementar novas ações na área de saúde pública, em razão de uma epidemia inesperada.



Para isso, o Prefeito enviou ao Poder Legislativo um projeto de lei para abertura de créditos adicionais destinados a financiar as despesas, propondo o cancelamento de recursos inicialmente alocados para a construção de um novo centro esportivo. Um vereador questionou a legalidade da proposta, alegando que as programações orçamentárias deveriam ser integralmente executadas, conforme prevê a Constituição.

Com base no caso apresentado e na legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- a. O cancelamento de recursos alocados no orçamento anual para abertura de créditos adicionais é inconstitucional, pois a administração tem o dever de executar integralmente as programações orçamentárias previstas no início do exercício financeiro.
- b. A proposta do prefeito é válida, desde que o cancelamento dos recursos respeite as metas fiscais e limites de despesas estabelecidos na legislação.
- c. O cancelamento de programações orçamentárias para abertura de créditos adicionais é permitido exclusivamente em situações de calamidade pública reconhecida por decreto legislativo.
- d. A administração não pode cancelar despesas discricionárias para abertura de créditos adicionais, pois a Constituição Federal veda essa prática para despesas primárias discricionárias.
- e. A proposta do Prefeito é válida apenas se houver justificativa técnica que comprove o impedimento para a execução do orçamento inicial.

06.FGV - ACE (TCE-PI)/TCE PI/Comum/2025 AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF) A Seção IV do Capítulo II da Lei de Responsabilidade Fiscal trata da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas no Orçamento Público. Sobre este tema, avalie as afirmativas a seguir.

I. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica.

II. O Ministério da Fazenda é o órgão responsável para, no prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária e creditícia, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

III. Uma vez estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso pelo Poder Executivo, é possível utilizar recursos legalmente vinculados à finalidade específica para atender ao objeto de sua vinculação, mesmo que seja em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.



Está correto o que se afirma em

- a. I, apenas.
- b. I e II, apenas.
- c. I e III, apenas.
- d. II e III, apenas.
- e. I, II e III.

07. FGV - ACE (TCE RR)/TCE RR/Ciências Contábeis/2025 AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Planejamento e Orçamento Público (arts. 3º a 10 da LRF) Avalie se as metas estabelecidas pelo Anexo das Metas Fiscais, incluem as:

I. Anuais, em valores correntes e constantes.

II. Relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.

III. Válidas para os quatro exercícios seguintes.

Está correto o que se afirma em

- a. I, apenas.
- b. II, apenas.
- c. I e II, apenas.
- d. I e III, apenas.
- e. II e III, apenas.

08. FGV - Aud (CAGE RS)/SEFAZ RS/2025 AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Da Receita Pública (arts. 11 a 14 da LRF) Um Governador de Estado concedeu uma renúncia de receita por meio de isenção de impostos para um setor industrial com o objetivo de atrair investimentos. No entanto, há indícios de que essa renúncia não seguiu todos os requisitos estabelecidos pela LRF, como a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, a adoção de medidas compensatórias de receita e a inclusão dos estudos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A medida gerou questionamentos sobre a responsabilidade fiscal e o equilíbrio orçamentário.

Diante dessa situação, assinale a interpretação mais adequada sobre as implicações e requisitos dessa renúncia de receita.

- a. A concessão é válida, pois o governador tem a autonomia para isentar setores que incentivem o desenvolvimento econômico estadual. A ausência do estudo de impacto orçamentário-financeiro pode ser justificada pela natureza estratégica do investimento e pela expectativa de retorno econômico futuro.



- b. A renúncia de receita pode ser considerada irregular caso o estudo de impacto orçamentário-financeiro não tenha sido detalhado para o exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, exigência indispensável do Art. 14 da LRF.
- c. A renúncia pode ser regular desde que seja compensada por um aumento de arrecadação tributária em outra fonte, mesmo que não tenha sido incluída na LDO. A compensação pode ser feita com ajustes de arrecadação ao longo do ano, se os valores arrecadados superarem o valor da renúncia.
- d. A medida é considerada ilegal porque a estimativa de impacto, além de ser obrigatória para o exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, precisa ser compatível com as metas de resultados fiscais previstas na LDO e com as metas fiscais da Lei Orçamentária Anual (LOA). Sem estas etapas, o benefício é considerado renúncia de receita ilegal.
- e. A medida só é regular se o setor beneficiado justificar a renúncia com o aumento da arrecadação futura e garantir que o impacto financeiro seja incluído na LOA do exercício em que a renúncia será plenamente implementada. Caso contrário, é considerada ilegal pela ausência de medidas compensatórias.

09.FGV - Aud SC (TCE RR)/TCE RR/2025 AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Da Receita Pública (arts. 11 a 14 da LRF) A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2004) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. De acordo com essa lei, é correto afirmar que

- a. a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário- financeiro, que compreenda o período legalmente previsto para a vigência do incentivo ou benefício.
- b. a renúncia de receita deve ser sempre acompanhada da demonstração de que foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, bem como de medidas de compensação.
- c. a previsão de parcelamentos, por impactar a previsão de arrecadação, é considerada, pela lei, renúncia de receitas.
- d. o imposto incidente sobre operação de câmbio pode ter suas alíquotas alteradas, na forma do Art. 150, §1º, da Constituição Federal de 1988, sem que haja a necessidade de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, segundo a lei.
- e. a concessão de benefício tributário que esteja acompanhado de medida de compensação, proveniente da elevação de alíquota de tributo sujeito ao princípio da anterioridade, por expressa previsão legal, entrará em vigor de imediato, desde que prevista a equivalência entre benefício e compensação.



10. FGV - ACE (TCE-PI)/TCE PI/Comum/2025 AFO, Direito Financeiro e Contabilidade Pública - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO (arts. 52 e 53 da LRF) De acordo com a Lei Complementar no 101/2000, acompanharão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, demonstrativos relativos a resultados

- a. fixos e variáveis.
- b. correntes e de capital.
- c. contábeis e econômicos.
- d. nominais e primários.
- e. financeiros e patrimoniais.



GABARITOS

LÍNGUA PORTUGUESA – Prof. Arnaldo Filho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	E	E	B	D	D	E	E	B	B

DIREITO ADMINISTRATIVO – Prof. Clóvis Feitosa

01	02	03	04	05	06	07	08
B	A	B	B	D	D	A	B

ADMINISTRAÇÃO – Prof^ª. Giovanna Carranza

01	02	03	04	05
C	D	B	C	A

DIREITO CONSTITUCIONAL – Prof. Fernando Castelo

01	02	03	04	05
C	A	D	D	B

RACIOCÍNIO LÓGICO – Prof. Pedro Evaristo

01	02	03	04	05	06
PEDRO	AMANDA	D	C	C	A

AFO. Prof. Fábio Lobo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	E	B	B	B	C	C	D	D	D



ASSINATURA TITANIUM

- 🌟 **Acesso Exclusivo** – a todos os cursos do site
- 🌟 **Atualizações Garantidas**
- 🌟 **Comunidade Águia**
- 🌟 **Cronograma de estudos**
- 🌟 **Sessões Tira-Dúvidas**
- 🌟 **Simulados Temáticos**



**CLIQUE AQUI E
MATRICULE-SE**



Carranza Cursos
"Desistir não é opção de gabarito"

ASSINATURA TITANIUM



ACESSO EXCLUSIVO
A TODOS OS CURSOS DO SITE



**ATUALIZAÇÕES
GARANTIDAS**



**CLIQUE AQUI E
MATRICULE-SE**



Carranza Cursos
"Desistir não é opção de gabarito"